

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	3.192.106	3.098.277
1.01	Ativo Circulante	795.136	612.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	363.059	254.892
1.01.02	Aplicações Financeiras	111.524	40.547
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	111.524	40.547
1.01.03	Contas a Receber	155.063	147.256
1.01.03.01	Clientes	155.063	147.256
1.01.03.01.01	Contas a Receber	153.509	145.124
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.554	2.132
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.161	4.336
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.157	5.422
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	160.172	160.171
1.01.08.03	Outros	160.172	160.171
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionadas a Concessão	159.860	159.860
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	67	60
1.01.08.03.05	Outros Créditos	245	251
1.02	Ativo Não Circulante	2.396.970	2.485.653
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	817.496	857.511
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	581	611
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.758	1.746
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	815.157	855.154
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.183	1.180
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	812.618	852.583
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	1.356	1.391
1.02.03	Imobilizado	42.402	45.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.745	36.256
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.921	2.256
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.736	7.322
1.02.04	Intangível	1.537.072	1.582.308
1.02.04.01	Intangíveis	1.537.072	1.582.308
1.02.04.01.02	Intagível	1.520.195	1.570.118
1.02.04.01.03	Intangível em construção	16.877	12.190

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	3.192.106	3.098.277
2.01	Passivo Circulante	606.563	711.922
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.951	10.002
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.487	1.714
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.464	8.288
2.01.02	Fornecedores	25.568	24.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.200	23.890
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	368	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.149	180.776
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.062	169.996
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	55.242	161.145
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	8.820	8.851
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.087	10.780
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	9.622	10.230
2.01.03.03.02	ISS a recolher	465	550
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	479.973	479.913
2.01.04.02	Debêntures	479.973	479.913
2.01.05	Outras Obrigações	15.922	17.231
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.496	6.204
2.01.05.02	Outros	10.426	11.027
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.809	3.020
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	6.590	6.986
2.01.05.02.06	Arrendamento Mercantil	1.027	1.021
2.02	Passivo Não Circulante	1.905.405	1.886.134
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.776.899	1.755.474
2.02.01.02	Debêntures	1.776.899	1.755.474
2.02.02	Outras Obrigações	8.590	9.287
2.02.02.02	Outros	8.590	9.287
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	60	60
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	7.566	7.955
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	964	1.272
2.02.03	Tributos Diferidos	68.500	72.714
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68.500	72.714
2.02.04	Provisões	51.416	48.659
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	51.416	48.659
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	50.823	47.939
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	593	720
2.03	Patrimônio Líquido	680.138	500.221
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	253.471	253.471
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.721	2.721
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	201.400	201.400
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	179.917	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	511.635	504.756
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-162.334	-151.096
3.02.01	Custo de construção	-4.676	-2.484
3.02.03	Depreciação e amortização	-53.472	-51.313
3.02.04	Custo de outorga	-48.289	-48.223
3.02.05	Serviços	-32.343	-25.011
3.02.06	Custo com pessoal	-16.088	-16.641
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.930	-4.487
3.02.08	Outros	-2.536	-2.937
3.03	Resultado Bruto	349.301	353.660
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.505	-23.398
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.578	-24.862
3.04.02.01	Serviços	-18.756	-14.263
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-2.917	-4.019
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-269	-308
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-713	-1.101
3.04.02.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.053	-1.443
3.04.02.06	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-2.884	-919
3.04.02.07	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-6.960	-626
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-129	-217
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-324	-575
3.04.02.10	Provisão para perda esperada - contas a receber	6	34
3.04.02.11	Impostos, taxas e despesas com cartório	-175	-295
3.04.02.12	Outros	-1.404	-1.130
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	967	1.468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-894	-4
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	313.796	330.262
3.06	Resultado Financeiro	-42.157	-41.611
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	271.639	288.651
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-91.722	-97.546
3.08.01	Corrente	-95.936	-101.604
3.08.02	Diferido	4.214	4.058
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	179.917	191.105
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	179.917	191.105
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,02810	1,09203
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,02810	1,09203

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	179.917	191.105
4.03	Resultado Abrangente do Período	179.917	191.105

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	207.207	244.947
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	318.032	327.505
6.01.01.01	Lucro líquido do período	179.917	191.105
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.214	-4.058
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	39.965	39.965
6.01.01.04	Depreciação e amortização	54.185	52.414
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	196	4
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures e notas promissórias	43.892	45.998
6.01.01.11	Provisão para perda esperada – contas a receber	-6	-34
6.01.01.12	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	3.897	1.505
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-482	-318
6.01.01.17	Variação cambial s/ fornecedores estrangeiros	2	26
6.01.01.18	Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	680	898
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-110.825	-82.558
6.01.02.01	Contas a receber com clientes	-8.379	16.153
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	566	-39
6.01.02.03	Tributos a recuperar	3.198	2.810
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.336	2.005
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-7	-765
6.01.02.07	Fornecedores	1.566	-3.334
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-708	281
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	949	1.925
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	91.721	95.188
6.01.02.11	Pagamento de IR e CS	-198.475	-195.431
6.01.02.12	Obrigações com o Poder concedente	-211	-358
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-785	-33
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-1.596	-960
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-76.367	-157.266
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-538	-2.204
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-5.050	-2.833
6.02.03	Aplicações financeiras liquidas de resgate	198	-152.236
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	-70.977	7
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.673	-21.781
6.03.03	Debêntures - pagamento de juros	-22.407	-21.781
6.03.15	Arrendamento mercantil (Pagamentos)	-266	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	108.167	65.900
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	254.892	13.509
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	363.059	79.409

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	253.471	0	0	500.221
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	253.471	0	0	500.221
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	179.917	0	179.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	179.917	0	179.917
5.07	Saldos Finais	246.750	0	253.471	179.917	0	680.138

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	252.735	0	0	499.485
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	252.735	0	0	499.485
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.105	0	191.105
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	191.105	0	191.105
5.07	Saldos Finais	246.750	0	252.735	191.105	0	690.590

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	560.093	552.739
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	559.605	552.387
7.01.02	Outras Receitas	482	318
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	6	34
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-123.818	-52.264
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-38.112	-30.178
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.030	-19.602
7.02.04	Outros	-4.676	-2.484
7.02.04.01	Custo de construção	-4.676	-2.484
7.03	Valor Adicionado Bruto	436.275	500.475
7.04	Retenções	-54.185	-52.414
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.185	-52.414
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	382.090	448.061
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.254	7.009
7.06.02	Receitas Financeiras	4.254	7.009
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	386.344	455.070
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	386.344	455.070
7.08.01	Pessoal	16.765	18.386
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.548	11.495
7.08.01.02	Benefícios	5.239	5.949
7.08.01.03	F.G.T.S.	639	651
7.08.01.04	Outros	339	291
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	142.161	147.814
7.08.02.01	Federais	114.262	119.991
7.08.02.02	Estaduais	120	174
7.08.02.03	Municipais	27.779	27.649
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.501	97.765
7.08.03.01	Juros	46.851	48.883
7.08.03.02	Aluguéis	650	659
7.08.03.03	Outras	0	48.223
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	0	48.223
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	179.917	191.105
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	179.917	191.105

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Janeiro a Março/2021

A AutoBAN (“CCR AutoBAN” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T2020.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional foi de R\$ 507 milhões (-0,9%);
- O EBIT recuou para R\$ 313,8 milhões (-5%) e a margem EBIT ajustada para 61,9% (-3,8 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 408,0 milhões (-3,5%) e a margem EBITDA ajustada 80,5% (-3,6 p.p.);
- O lucro líquido totalizou R\$ 179,9 milhões (-5,9%).

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
Receita Líquida Operacional*	507	502,3	0,9%
EBIT	313,8	330,2	-5,0%
Margem EBIT Ajustada (a)	61,9%	65,7%	-3,8 p.p.
EBITDA (ajustado)	408	422,6	-3,5%
Margem EBITDA (ajustada) (a)	80,5%	84,1%	-3,6 p.p.
Lucro Líquido	179,9	191,1	-5,9%

\*Receita Líquida Operacional é a Receita Líquida deduzida da Receita de Construção.

- (a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
Veículos de Passeio (Eq)	24.541.442	28.623.353	-14,3%
Veículos Comerciais (Eq)	36.478.491	33.176.961	10,0%
Veículos Equivalentes	61.019.933	61.800.314	-1,3%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

## Comentário do Desempenho

### Tráfego consolidado (-1,3%)

O tráfego consolidado do 1T21 registrou queda de 1,3% sobre o 1T20, sob influência da intensificação das medidas de restrição e isolamento social a partir de 06 de março de 2021, que estão em vigor desde março de 2020, quando foi decretado quarentena no Estado de São Paulo por conta da pandemia do COVID-19.

### Veículos de passeio (-14,3%)

O tráfego de passeio foi fortemente afetado pelas medidas contra o COVID-19 e no 1T21 registrou expressiva queda de 14,3% sobre o 1T20.

### Veículos comerciais (10%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T21, ainda que impactada pelas medidas contra o COVID-19, registrou crescimento de 10% comparada ao 1T20, sob forte influência da movimentação do agronegócio. No acumulado até fevereiro de 2021 o Porto de Santos registrou movimentação recorde 5,4% acima do recorde anterior para o período obtido em 2019 e 6% acima de 2020.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

A tarifa de pedágio teve um reajuste de 1,88% a partir da zero hora de 1º de dezembro de 2020, considerando a variação acumulada de 12 meses do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de junho de 2019 a maio de 2020. O reajuste deveria ocorrer a partir da zero hora de 1º de julho de 2020 conforme contrato de concessão, porém foi postergado pela ARTESP devido ao cenário da pandemia, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30 de junho de 2020.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	544.831	540.889	0,7%
Receita Partes Relacionadas	980	876	11,9%
Receitas Acessórias	9.118	8.138	12,0%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>554.929</b>	<b>549.903</b>	<b>0,9%</b>

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>4.676</b>	<b>2.484</b>	<b>88,2%</b>

No 1T21 os principais investimentos realizados pela Companhia foram as recuperações de pavimento e obras de arte especiais, além da continuidade da implantação de faixa adicional na pista norte da SP348, do quilômetros 92 ao 95, para melhoria do nível de serviço.

## Comentário do Desempenho

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T21 (conforme demonstrado no quadro 1.1) foi 0,9% maior do que no mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total foi de 8,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 48,0 milhões.

### Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	1T21	1T20	Var.%
Custo de Construção	4.676	2.484	88,2%
Depreciação e Amortização	54.185	52.414	3,4%
Custo da Outorga	48.289	48.223	0,1%
Serviços de Terceiros	51.099	39.274	30,1%
Pessoal	19.005	20.660	-8,0%
Materiais, Equipamentos e Veículos	5.199	4.795	8,4%
Outros	15.386	6.644	131,6%
<b>Custos Totais</b>	<b>197.839</b>	<b>174.494</b>	<b>13,38%</b>

**Custo de construção:** O custo de construção sofreu um aumento de 88,2% no 1T21 quando comparado ao 1T20. Este aumento reflete a realização de alguns investimentos postergados em 2020, conforme cronograma.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas de 3,4% no 1T21 em comparação ao 1T20 se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 1T20 e o 1T21.

**Custo da outorga:** O custo da outorga no 1T21 aumentou em 0,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da receita.

**Serviços de Terceiros:** Os valores no 1T21 estão 30,1% maiores do que no 1T20 devido à maior realização de serviços de conservação (sinalização horizontal), à intensificação do monitoramento do pavimento da rodovia, em parte postergado no ano de 2020, além de gastos com consultoria de marketing.

**Pessoal:** Os valores do 1T21 estão 8,0% menores em comparação com o mesmo período do ano anterior, devido à redução dos gastos com assistência médica e a diminuição da provisão do PPR.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 1T21 estão 8,4% maiores em relação ao 1T20, substancialmente devido à compra de materiais para manutenção e conservação, que foram postergadas no ano de 2020.

## Comentário do Desempenho

**Outros:** Os valores do 1T21 apresentaram aumento de 131,6% em relação ao 1T20, devido ao aumento nos gastos jurídicos com provisões e indenizações e dos gastos indedutíveis (Lei Rouanet e Doações).

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	179,9	191,1	-5,9%
(+) IR/CS	91,7	97,5	-5,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	42,2	41,6	1,4%
(+) Depreciação e Amortização	54,2	52,4	3,4%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>368</b>	<b>382,6</b>	<b>-3,8%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>71,9%</b>	<b>75,8%</b>	<b>-3,9 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	40	40	0,0%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>408</b>	<b>422,6</b>	<b>-3,5%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (c)</b>	<b>80,5%</b>	<b>84,1%</b>	<b>-3,6 p.p.</b>

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT (R\$ MM)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	179,9	191,1	-5,9%
(+) IR/CS	91,7	97,5	-5,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	42,2	41,6	1,4%
<b>EBIT (a)</b>	<b>313,8</b>	<b>330,2</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>61,3%</b>	<b>65,4%</b>	<b>-4,1 p.p.</b>
<b>Margem EBIT Ajustada (d)</b>	<b>61,9%</b>	<b>65,7%</b>	<b>-3,8 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas informações trimestrais (ITR).

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>46,4</b>	<b>48,6</b>	<b>-4,5%</b>
Juros e variações monetárias	46,3	48,4	-4,3%
Capitalização de custos dos empréstimos	-0,5	-0,3	66,7%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,6	0,5	20,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-4,2</b>	<b>-7,0</b>	<b>-40,0%</b>
Variação monetária sobre debêntures	-2,4	-2,4	0,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-1,5	-4,3	-65,1%
Juros e outras receitas financeiras	-0,3	-0,3	0,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>42,1</b>	<b>41,6</b>	<b>1,2%</b>

## Comentário do Desempenho

O Resultado Financeiro Líquido no 1T21 variou 1,2% quando comparado com o 1T20, principalmente pela baixa variação dos indexadores das dívidas, em especial o CDI, além da menor disponibilidade de caixa, afetando o rendimento sobre as aplicações financeiras.

### 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.408	1.220	15,4%
Total de vítimas	895	809	10,6%

### 4. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### 5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as informações trimestrais (ITR) relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Jundiaí, 13 de maio de 2021.

**A Diretoria.**

## Notas Explicativas

### Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2021

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

Neste trimestre, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

#### Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

#### 1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a Controladora CCR S.A. e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais.

A Companhia e sua Controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

## Notas Explicativas

### 1.2 Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de março de 2021, a Companhia verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes:

#### Comparação entre 2021 x 2020

Real 2021 x Real 2020					
Veículos Equivalentes					
Realizado - 12/mar/2021 a 31/mar/2021			Realizado - 01/jan/2021 a 31/mar/2021		
x			x		
Realizado - 12/mar/2020 a 31/mar/2020			Realizado - 01/jan/2020 a 31/mar/2020		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
6,90%	10,90%	9,50%	-14,30%	9,90%	-1,30%

#### Comparação entre 2021 x 2019

Real 2021 x Real 2019					
Veículos Equivalentes					
Realizado - 12/mar/2021 a 31/mar/2021			Realizado - 01/jan/2021 a 31/mar/2021		
x			x		
Realizado - 12/mar/2019 a 31/mar/2019			Realizado - 01/jan/2019 a 31/mar/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-36,20%	11,10%	-11,20%	-20,40%	13,40%	-3,20%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020 da Controladora (CCR S.A) para avaliar o impacto da pandemia sobre a Companhia e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas informações trimestrais:

#### Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou problemas relacionados à liquidez ou à quebra de *covenants* da Companhia.

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Os referidos contratos possuem *covenants* financeiros e não financeiros que estão detalhados na nota explicativa 14.

## Notas Explicativas

- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas, priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados. Em 31 de março de 2021, não há mais contratos suspensos, tampouco redução de salários.

### Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

### Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

### **1.3. Outras informações relevantes**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles principalmente:

#### **i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia, solicitação da ARTESP para apresentação de defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

## Notas Explicativas

de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da Companhia. Contra essa sentença, a Companhia apresentou embargos de declaração que foram rejeitados. A Companhia apresentou recurso de apelação em 5 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao TJSP após o cumprimento das duas providências anteriores.

O recurso de apelação seria julgado em 6 de fevereiro de 2017, porém, em 31 de janeiro de 2017, a Companhia apresentou pedido de tutela de urgência ao STJ para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 3 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão do julgamento da apelação da Companhia. Em 6 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do TJSP acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, na mesma ocasião, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da Companhia, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do TJSP. Contra essa decisão, a Companhia e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo o reconhecimento da competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados em 30 de maio de 2017. Em 6 de junho de 2017, a Companhia apresentou incidente de dúvida de competência perante a Turma Especial de Direito Público do TJSP, que foi julgado em 15 de setembro de 2017, tendo sido reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Público para julgar o mérito da apelação da Companhia.

Em 17 de setembro de 2019, foi concluído pelo STJ, o julgamento iniciado em 27 de fevereiro de 2018, acerca de pedido de tutela de urgência e de recurso de agravo de instrumento, interposto contra a decisão que não deferiu a realização de prova pericial, sendo que foi dado provimento parcial ao recurso especial interposto pela Companhia para reconhecer a ausência de perda do objeto do agravo de instrumento, bem como para determinar a anulação do acórdão do TJSP, que julgou os embargos de declaração opostos pela Companhia para sanar contradições e outros no acórdão do agravo de instrumento e, ainda, julgar prejudicada a tutela provisória anteriormente concedida. Diante da decisão do STJ, o processo irá ao TJSP para julgamento. Em 4 de novembro de 2019, a Companhia opôs embargos de declaração, que aguardam julgamento.

## Notas Explicativas

Com relação ao mérito da ação, o processo está suspenso desde 3 de fevereiro de 2017, a fim de aguardar o ulterior julgamento do recurso que indeferiu a realização da prova pericial. Em 6 de fevereiro de 2020, foi proferido despacho intimando as partes para que informem sobre os andamentos do recurso. O Estado de São Paulo apresentou a manifestação em 20 de fevereiro de 2020 e a Companhia em 21 de fevereiro de 2020. Em 10 de março de 2020, o relator concedeu nova suspensão do processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis. O prazo de suspensão se encerrou em 23 de fevereiro de 2021. Em 22 de janeiro de 2021, foi juntada aos autos cópia do despacho proferido no processo conexo, que intimou as partes para que informem sobre o andamento do recurso em trâmite no STJ. Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia se manifestou sobre o recurso em trâmite no STJ. Em 25 de fevereiro de 2021, foi juntada a decisão da ação conexa que suspendeu o feito por 180 (cento e oitenta) dias.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo, em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo e (iii) da existência de coisa julgada administrativa.

Em 08 de outubro de 2014, foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Companhia interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela Companhia foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a Companhia interpôs agravos contra a inadmissão do recurso especial e do recurso extraordinário.

Em 16 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou petição para requerer (i) o sobrestamento do recurso até ulterior julgamento da ADI nº 6019, e (ii) seja dado provimento ao seu agravo contra inadmissão do recurso especial. Na sessão de julgamento ocorrida em 1º de dezembro de 2020, o agravo em recurso especial da Companhia não foi conhecido. Dessa decisão, a concessionária opôs o recurso de embargos de declaração em 16 de dezembro de 2020, que aguarda julgamento.

### ii. Reajuste Tarifário 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

## Notas Explicativas

Por essa razão, a Companhia, em 08 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1018479-69.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

Em 07 de setembro de 2020, foi proferida sentença julgando procedente a ação, publicada em 24 de setembro de 2020. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia interpôs recurso de apelação com o único intuito de discutir honorários de sucumbência. Em 02 de fevereiro de 2021 o Estado de São Paulo e a Artesp interpuseram o recurso de apelação. Aguarda-se a intimação da Companhia para apresentar suas contrarrazões ao referido recurso. Após, ambos os recursos de apelação serão encaminhados para julgamento.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

### 2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 13 de maio de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

**Notas Explicativas****6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras****Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	8.514	9.278
Fundos de investimentos e CDB	354.545	245.614
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>363.059</u>	<u>254.892</u>

**Aplicações financeiras**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	111.524	40.547
<b>Total - Aplicações financeiras</b>	<u>111.524</u>	<u>40.547</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,25% do CDI, equivalente a 2,04% a.a. (99,69% do CDI, equivalente a 2,76% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

**7. Contas a receber**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	7.302	7.457
Pedágio eletrônico (b)	146.245	137.711
	153.547	145.168
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(38)	(44)
	<u>153.509</u>	<u>145.124</u>

**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	153.331	140.403
Créditos vencidos até 60 dias	166	4.711
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	12	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	23	23
Créditos vencidos há mais de 180 dias	15	21
	<u>153.547</u>	<u>145.168</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;

## Notas Explicativas

- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e  
(c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	271.639	288.651
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(92.357)	(98.141)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.218)	(487)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(199)	(190)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.736	1.267
Outros ajustes tributários	<u>316</u>	<u>5</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(91.722)</u>	<u>(97.546)</u>
Impostos correntes	(95.936)	(101.604)
Impostos diferidos	<u>4.214</u>	<u>4.058</u>
	<u>(91.722)</u>	<u>(97.546)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,77%</u>	<u>33,79%</u>

#### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/03/2021</u>		
			<u>Valor líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	260	(31)	229	229	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	15	(2)	13	13	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16.304	976	17.280	17.280	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(89.723)	3.311	(86.412)	108.259	(194.671)
Provisão para perda de investimentos	297	(297)	-	-	-
Provisão para fornecedores	7	-	7	7	-
Arrendamento mercantil	12	12	24	24	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	229	229	229	-
Outros	<u>114</u>	<u>16</u>	<u>130</u>	<u>130</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(72.714)	4.214	(68.500)	126.171	(194.671)
Compensação de imposto	-	-	-	(126.171)	126.171
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(72.714)</u>	<u>4.214</u>	<u>(68.500)</u>	<u>-</u>	<u>(68.500)</u>

## Notas Explicativas

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	31/03/2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.713	234	1.947	1.947	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	31	(11)	20	20	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	14.694	492	15.186	15.186	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(102.242)	3.319	(98.923)	108.258	(207.181)
Provisão para perda de investimentos	297	-	297	297	-
Outros	20	24	44	44	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(85.487)	4.058	(81.429)	125.752	(207.181)
Compensação de imposto	-	-	-	(125.752)	125.752
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(85.487)	4.058	(81.429)	-	(81.429)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante	4.585	4.585	155.275	155.275	159.860	159.860
	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Não Circulante	23.306	24.452	789.312	828.131	812.618	852.583

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2021, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 39.965 (R\$ 39.965 no trimestre findo em 31 de março de 2020).

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

**Notas Explicativas**

	<b>Transações</b>		<b>Saldos</b>	
	<b>31/03/2021</b>		<b>31/03/2021</b>	
	<b>Despesas / custos com serviços prestados</b>	<b>Receitas brutas</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
			<b>Contas a receber</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora indireta</b>				
CCR	7.429 (a)	-	9 (d)	2.374 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
COR	-	-	4 (d)	1 (d)
Via Oeste	-	-	13 (d)	2 (d)
ViaQuatro	-	-	13 (d)	-
CPC	9.193 (b)	489	335 (d)	3.016 (b)
Samm	278 (e)	491 (c)	2.936 (c)	93 (e)
Instituto Cultural Flavio Gutierrez - ICFG	400 (f)	-	-	-
SPVias	-	-	2 (d)	10 (d)
<b>Total</b>	<b>17.300</b>	<b>980</b>	<b>3.312</b>	<b>5.496</b>

	<b>Transações</b>		<b>Saldos</b>	
	<b>31/03/2020</b>		<b>31/12/2020</b>	
	<b>Despesas / custos com serviços prestados</b>	<b>Receitas</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
			<b>Contas a receber</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>				
Infra SP	-	-	189 (d)	38 (d)
<b>Controladora Indireta</b>				
CCR	5.768 (a)	-	22 (d)	1.826 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
ViaLagos	-	-	3 (d)	-
Via Quatro	-	-	13 (d)	13 (d)
CPC	10.388 (b)	458	308 (d)	4.218 (b)
Samm	274 (e)	418 (c)	2.924 (c)	57 (e)
SPVias	-	-	10 (d)	2 (d)
Renovias	-	-	409 (d)	50 (d)
<b>Total</b>	<b>16.430</b>	<b>876</b>	<b>3.878</b>	<b>6.204</b>

**Despesas com profissionais chave da administração**

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
Remuneração: (g)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	223	229
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	177
Previdência privada	17	17
Seguro de vida	1	1
	<b>241</b>	<b>424</b>

## Notas Explicativas

### Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração dos administradores (g)	272	293

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Prestação de serviço de transmissão de dados, cujo valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao faturamento;
- (f) Doação para o projeto de manutenção do Museu de Sant'Ana, em Tiradentes (MG). Prevê a realização de cinco eventos de música instrumental, três eventos literários e uma exposição "Os Santos Anjos"; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

## 11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		31/03/2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
				(a)	Outros (b)	
<b>Valor de custo</b>						
Móveis e utensílios		3.200	-	-	23	3.223
Máquinas e equipamentos		58.138	-	-	50	58.188
Veículos		17.310	-	(2.444)	669	15.535
Equipamentos operacionais		161.811	-	-	196	161.990
Imobilizações em andamento		7.322	669	(105)	(1.098)	6.736
<b>Total custo</b>		<u>247.781</u>	<u>669</u>	<u>(2.549)</u>	<u>(160)</u>	<u>245.672</u>
<b>Valor de depreciação</b>						
Móveis e utensílios	11	(2.624)	(51)	-	-	(2.675)
Máquinas e equipamentos	12	(42.243)	(1.155)	-	-	(43.398)
Veículos	24	(14.080)	(405)	2.423	-	(12.062)
Equipamentos operacionais	14	(145.256)	(1.800)	-	-	(147.056)
<b>Total depreciação</b>		<u>(204.203)</u>	<u>(3.411)</u>	<u>2.423</u>	<u>-</u>	<u>(205.191)</u>
<b>Total geral</b>		<u>43.578</u>	<u>(2.742)</u>	<u>(126)</u>	<u>(160)</u>	<u>40.481</u>

## Notas Explicativas

Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/12/2020			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
				(c)	Outros (b)	
<b>Valor de custo</b>						
Móveis e utensílios	3.150	-	(7)	57	-	3.200
Máquinas e equipamentos	57.119	-	(56)	1.092	(17)	58.138
Veículos	19.938	-	(4.695)	2.067	-	17.310
Equipamentos operacionais	159.582	-	(14)	2.243	-	161.811
Imobilizações em andamento	6.347	6.030	-	(5.055)	-	7.322
<b>Total custo</b>	<b>246.136</b>	<b>6.030</b>	<b>(4.772)</b>	<b>404</b>	<b>(17)</b>	<b>247.781</b>
<b>Valor de depreciação</b>						
Móveis e utensílios	11	(2.410)	(221)	6	-	(2.624)
Máquinas e equipamentos	12	(36.528)	(5.770)	56	(1)	(42.243)
Veículos	25	(16.400)	(2.294)	4.614	-	(14.080)
Equipamentos operacionais	14	(137.334)	(7.936)	14	-	(145.256)
<b>Total depreciação</b>		<b>(192.672)</b>	<b>(16.221)</b>	<b>4.690</b>	<b>-</b>	<b>(204.203)</b>
<b>Total geral</b>		<b>53.464</b>	<b>(10.191)</b>	<b>(82)</b>	<b>404</b>	<b>(17)</b>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 131 no trimestre findo em 31 de março de 2021 (R\$ 109 no trimestre findo em 31 de março de 2020). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 foi de 0,33% a.m. e de 0,37% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (a) Reclassificações do imobilizado para o ativo intangível;
- (b) Refere-se a crédito de IRRF e sinistros; e
- (c) Reclassificações do intangível para o ativo imobilizado.

## 12. Intangível e intangível em construção

Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		31/03/2021			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (b)	
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	3.311.743	-	-	436	(146)	3.312.033
Direitos de uso de sistemas informatizados	16.815	-	-	2	(9)	16.808
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	3.147	437	(70)	(148)	-	3.366
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.720	-	-	147	-	5.867
<b>Intangível</b>	<b>3.337.425</b>	<b>437</b>	<b>(70)</b>	<b>437</b>	<b>(155)</b>	<b>3.338.074</b>
<b>Intangível em construção</b>	<b>12.190</b>	<b>4.964</b>	<b>-</b>	<b>(277)</b>	<b>-</b>	<b>16.877</b>
<b>Total custo</b>	<b>3.349.615</b>	<b>5.401</b>	<b>(70)</b>	<b>160</b>	<b>(155)</b>	<b>3.354.951</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.747.173)	(50.325)	-	-	(1.797.498)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.618)	(223)	-	-	(14.841)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.516)	(24)	-	-	(5.540)
<b>Total amortização</b>		<b>(1.767.307)</b>	<b>(50.572)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.817.879)</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.582.308</b>	<b>(45.171)</b>	<b>(70)</b>	<b>160</b>	<b>(155)</b>

Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/12/2020			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
				(c)	Outros (b)	
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	3.303.963	-	-	8.211	(431)	3.311.743
Direitos de uso de sistemas informatizados	16.216	-	-	599	-	16.815
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	1.458	2.692	-	(1.003)	-	3.147
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.720	-	-	-	-	5.720
<b>Intangível</b>	<b>3.327.357</b>	<b>2.692</b>	<b>-</b>	<b>7.807</b>	<b>(431)</b>	<b>3.337.425</b>
<b>Intangível em construção</b>	<b>10.939</b>	<b>9.462</b>	<b>-</b>	<b>(8.211)</b>	<b>-</b>	<b>12.190</b>
<b>Total custo</b>	<b>3.338.296</b>	<b>12.154</b>	<b>-</b>	<b>(404)</b>	<b>(431)</b>	<b>3.349.615</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.533.789)	(213.384)	-	-	(1.747.173)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(13.309)	(1.309)	-	-	(14.618)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.424)	(92)	-	-	(5.516)
<b>Total amortização</b>		<b>(1.552.522)</b>	<b>(214.785)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.767.307)</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.785.774</b>	<b>(202.631)</b>	<b>(404)</b>	<b>(431)</b>	<b>1.582.308</b>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

## Notas Explicativas

- (a) Reclassificações do imobilizado para o ativo intangível;
- (b) Valores do 1º trimestre de 2021, referem-se a crédito de IRRF e desapropriações. Em 2020, refere-se a crédito de IRRF; e
- (c) Reclassificações do intangível para o ativo imobilizado.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 351 no trimestre findo em 31 de março de 2021 (R\$ 209 no trimestre findo em 31 de março de 2020). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 foi de 0,33% a.m. e 0,37% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

### 13. Arrendamento mercantil

#### a. Direito de uso em arrendamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>
Veículos	2.256	(133)	(202)	1.921
	<u>2.256</u>	<u>(133)</u>	<u>(202)</u>	<u>1.921</u>

#### b. Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	(1.021)	-	(97)	266	(175)	(1.027)
Não circulante	(1.272)	133	-	-	175	(964)
	<u>(2.293)</u>	<u>133</u>	<u>(97)</u>	<u>266</u>	<u>-</u>	<u>(1.991)</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 6,49% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 641, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

#### Cronograma - não circulante

	<u>31/03/2021</u>
2022	718
2023	246
Total	<u>964</u>

## Notas Explicativas

### 14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do	Custo de	Saldos dos	Vencimento	31/03/2021	31/12/2020
		custo de		custos a			
		transação	transação	apropriar em	Final		
		(% a.a.)	incorridos	31/03/2021			
8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	3.523	Julho de 2022	842.263	832.758 (c)
9a Emissão - Série Única	109,5% do CDI	0,0396% (b)	366	49	Agosto de 2021	338.996	337.182 (c)
10a Emissão - Série Única	CDI + 1,20% a.a	1,3001% (a)	2.799	1.825	Outubro de 2026	677.306	671.932 (c)
11a Emissão - Debêntures	CDI + 2,62% A.A.	3,0282% (a)	4.500	3.539	Julho de 2023	398.307	393.515 (c)
<b>Total geral</b>				<b>8.936</b>		<b>2.256.872</b>	<b>2.235.387</b>
						<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						484.688	484.638
Custos de transação						(4.715)	(4.725)
						<b>479.973</b>	<b>479.913</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						1.781.120	1.760.870
Custos de transação						(4.221)	(5.396)
						<b>1.776.899</b>	<b>1.755.474</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

#### Garantias:

- (c) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<b>31/03/2021</b>
2022	952.220
2023	497.800
2024	107.800
2025	107.800
2026	115.500
<b>Total</b>	<b>1.781.120</b>

A Companhia possui contratos de debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste período de três meses findo em 31 de março de 2021, ocorreu pagamento de juros no valor de R\$ 22.407. Não ocorreram novas captações e/ou liquidações durante o período.

## Notas Explicativas

Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

### 15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciários e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2020		31/03/2021		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	8.306	778	(46)	(1.169)	439	8.308
Trabalhistas e previdenciários	3.456	976	(209)	(427)	90	3.886
Tributários	36.177	2.398	-	-	54	38.629
	<u>47.939</u>	<u>4.152</u>	<u>(255)</u>	<u>(1.596)</u>	<u>583</u>	<u>50.823</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2021	31/12/2020
Cíveis e administrativos	3.495	3.843
Trabalhistas e previdenciários	1.593	1.643
Tributários (a)	23.138	22.098
	<u>28.226</u>	<u>27.584</u>

(a) Do montante total, R\$ 17.974 refere-se à execução fiscal relativa ao não recolhimento do ISSQN para a prefeitura do município de Cajamar do exercício de 2004.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2021 é de R\$ 36.962 (R\$ 36.296 em 31 de dezembro de 2020).

**Notas Explicativas****16. Patrimônio Líquido****a. Lucro básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	179.917	191.105
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>1,02810</u>	<u>1,09203</u>

**17. Receitas operacionais**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receitas de pedágio	544.831	540.889
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	4.676	2.484
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	980	876
Receitas acessórias	9.118	8.138
<b>Receita bruta</b>	<u>559.605</u>	<u>552.387</u>
Impostos sobre receitas	(47.969)	(47.620)
Abatimentos	(1)	(11)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(47.970)</u>	<u>(47.631)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>511.635</u>	<u>504.756</u>

**18. Resultado financeiro**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(23.642)	(34.357)
Variação monetária sobre debêntures	(22.665)	(14.058)
Capitalização de custos das debêntures	482	318
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(4)	(26)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(97)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(485)	(497)
	<u>(46.411)</u>	<u>(48.620)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Variação monetária sobre debêntures	2.415	2.417
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.541	4.284
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	-
Juros e outras receitas financeiras	296	308
	<u>4.254</u>	<u>7.009</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(42.157)</u>	<u>(41.611)</u>

## Notas Explicativas

### 19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações trimestrais intermediárias, conforme o quadro a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2021			31/12/2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e bancos	8.514	-	-	9.278	-	-
Aplicações financeiras	466.069	-	-	286.161	-	-
Contas a receber	-	153.509	-	-	145.124	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.312	-	-	3.878	-
<b>Passivos</b>						
Debêntures (a)	-	-	(2.256.872)	-	-	(2.235.387)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(28.351)	-	-	(30.986)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(5.496)	-	-	(6.204)
Arrendamento mercantil	-	-	(1.991)	-	-	(2.293)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.809)	-	-	(3.020)
	<u>474.583</u>	<u>156.821</u>	<u>(2.295.519)</u>	<u>295.439</u>	<u>149.002</u>	<u>(2.277.890)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	2.265.808	2.361.021	2.245.508	2.368.482

## Notas Explicativas

- (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo abaixo de instrumento financeiro avaliado pelo valor justo, o qual está qualificado a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	466.069	286.161

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxa de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

## Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (6) e (7)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 8ª Emissão	IPC-A <sup>(3)</sup>	Julho de 2022	845.787	(99.635)	(113.096)	(126.557)
Debêntures - 9ª Emissão	CDI <sup>(2)</sup>	Agosto de 2021	339.045	(3.836)	(4.786)	(5.733)
Debêntures - 10ª Emissão	CDI <sup>(2)</sup>	Outubro de 2026	679.130	(26.362)	(30.916)	(35.469)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI <sup>(2)</sup>	Julho de 2023	401.846	(21.456)	(24.188)	(26.920)
ISS Parcelado	Selic <sup>(4)</sup>		1.058	(24)	(30)	(36)
Aplicação financeira (CDB) <sup>(4)</sup>	CDI <sup>(2)</sup>		151.575	1.354	1.689	2.022
Aplicação financeira (Menkar II) <sup>(5)</sup>	CDI <sup>(2)</sup>		314.494	8.131	10.163	12.194
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(141.828)</u>	<u>(161.164)</u>	<u>(180.499)</u>
Efeito sobre as debêntures				(151.289)	(172.986)	(194.679)
Efeito sobre as aplicações financeiras				9.485	11.852	14.216
Efeito sobre obrigações parceladas				(24)	(30)	(36)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(141.828)</u>	<u>(161.164)</u>	<u>(180.499)</u>
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :						
			CDI <sup>(2)</sup>	2,65%	3,31%	3,98%
			IPC-A <sup>(3)</sup>	4,52%	5,65%	6,78%
			Selic over <sup>(4)</sup>	2,65%	3,31%	3,98%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2021, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa de 31/03/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, IPCA e Selic).

## 20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

### a. Compromissos com o Poder Concedente

#### Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1 de 31 de dezembro de 2020).

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 8.535 referente ao direito de outorga variável (R\$ 8.616 no trimestre findo em 31 de março de 2020).

## Notas Explicativas

### b. *Compromissos relativos à concessão*

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de março de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 15.635 (R\$ 17.226 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

## 21. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 31 de março de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2021</u>
Tributos a recuperar	(26)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>(26)</u>
Outros de imobilizado	26
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>26</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

### c. **Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(2.235.387)	(2.293)	(2.237.680)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Pagamentos de principal e juros	22.407	266	22.673
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<u>22.407</u>	<u>266</u>	<u>22.673</u>
<b>Outras variações</b>			
Despesas com juros e variação monetária	(43.892)	-	(43.892)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(97)	(97)
Outras variações que não afetam caixa	-	133	133
<b>Total das outras variações</b>	<u>(43.892)</u>	<u>36</u>	<u>(43.856)</u>
Saldo Final	<u>(2.256.872)</u>	<u>(1.991)</u>	<u>(2.258.863)</u>

## Notas Explicativas

### 22. Eventos subsequentes

- Coronavírus**

Baseado nos Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Companhia, verificou-se no período de 1º de abril a 6 de maio de 2021, em comparação com mesmos períodos de 2020 e 2019, os seguintes efeitos na demanda:

Veículos Equivalentes					
01/abr/2021 a 06/mai/2021			01/abr/2021 a 06/mai/2021		
x			x		
01/abr/2020 a 06/mai/2020			01/abr/2019 a 06/mai/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
66,40%	26,30%	38,90%	-27,90%	16,80%	-5,40%

	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/04/2021</u>	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/04/2020</u>	<u>% Var.</u>
<b>Receita líquida de receita de construção</b>	163.083	115.714	41%

- Dividendos**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 05 de abril de 2021, foram aprovados o pagamentos de dividendos no montante de R\$ 201.400, correspondentes a R\$ 1,15085714286 por ação ordinária e o saldo constituído como “Reserva de Retenção de Lucros” em 31 de dezembro de 2020, foram também, distribuído como dividendos adicionais no montante de R\$ 2.720.998,39, correspondente a R\$ 0,01554856223 por ação ordinária. Ambos os pagamentos ocorreram em 26 de abril de 2021.

\*\*\*

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente do Conselho
Waldo Edwin Perez Leskovar	Vice - Presidente do Conselho
Marcio Yassuhiro Iha	Membro efetivo

### Composição da Diretoria

Rogério Cezar Bahú	Diretor Presidente e de RI
Fábio Russo Corrêa	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452/O-3

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera- Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera- Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1 às informações contábeis intermediárias, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2021 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

### Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

Jundiaí/SP, 13 de março de 2021.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

Jundiaí/SP, 13 de março de 2021.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor Operacional